

RUBEM BRAGA

O PECADO

O PECADO maior desse nosso governo é mesmo a mediocridade; apenas o seu caráter leviano e novidadeiro consegue dar a essa mediocridade uma certa graça suburbana.

O que me assusta no episódio da lei Denys não é a avacalhagem da maioria da Câmara. Isso não é novidade; desde o momento em que o governo resolveu pedir aquela leizinha todo mundo já sabia que ela ia ser votada. O sr. Armando Falcão, pelo fato de ser bagageiro paisano (imaginem, pela amostra, que ministério escolheria o general Lott, se fôsse ditador!) julgou-se na obrigação de adotar um ar truculento de sargento instrutor e anunciou que o projeto seria aprovado «de qualquer maneira». Não era preciso dizer isso; a frase é pura semostração (como diria Mário de Andrade) e falta de delicadeza.

Não, ninguém podia duvidar da subserviência da maioria. O que sinceramente me espanta é a subserviência do presidente da República. Tivesse um pouco mais de peito, ele teria dito ao seu ministro e senhor: «não, tenha paciência, eu não posso mandar fazer essa lei; fica feio demais; isso desmoraliza um governo; arrume lá outro jeito».

Afinal, que força, que prestígio é esse do general Lott tão formidáveis que ele só pode se aguentar à custa de um determinado parceiro? É um esquema bem pobre, esse, do Condestável, se não comporta variantes. Sua demonstração de força em relação ao Congresso é, afinal, uma demonstração de fraqueza em relação ao Exército.

Não é apenas o Congresso que sai deprimido dessa história; também o presidente e o general Lott se mostram de uma deprimente fraqueza com esse arranjo de compadres de aldeia.

Não passa um dia sem um caso qualquer para mostrar o chute fraco desse governo. Vejam o do IBGE. Para lá mandou o sr. Juscelino um politiqueiro dos mais vulgares da fauna carioca, o sr. Jurandir Pires Ferreira, homem de um nível intelectual que só nos pode causar desgosto no momento em que o Rio vai ser a sede de um Congresso Internacional de Geografia. Agora o sr. Jurandir faz uma dessas coisas que na verdade são bem do gênero das que seria sensato esperar dele: nomeia um filho para um cargo técnico para o qual o rapaz não tem habilitação. Não acho feio nomear parentes para lugares de confiança, como secretário particular ou chefe de gabinete ou coisa que o valha; acho natural e humano. Mas nesse caso a nomeação ofende a lei, que exige para o lugar requisitos que o moço não possui, nem pode mesmo alegar possuir.

O pior é que o ato do sr. Jurandir nada tem de extraordinário: é mais que natural nesse mambembe panorama de nossa governança. No fundo o que há é uma crise de autoridade agravada por uma enfadonha crise de inteligência. Pequenas espertezas, pequenos sentimentos, pequenos homens. Tudo curto. É uma pena, porque o Brasil não é pequeno.